

Psicologia: uma concepção histórico-filosófica*

Clara Virginia Pinheiro¹

Ricardo Augusto de Oliveira²

Universidade de Fortaleza

Resumo

Este artigo trata da constituição da psicologia ocidental segundo Michel Foucault em *As palavras e as coisas*. Esse tema é disposto a partir de sua perspectiva arqueológica (histórico-filosófica), que considera a psicologia forma cultural humanista, sendo desdobrado em quatro momentos. O primeiro estabelece os discursos, século XVI e início do século XVII, de um Deus concreto. O segundo, segunda metade do século XVII e final

Abstract

This paper deals with the constitution of western psychology according to Michel Foucault in *The words and the things*. This issue is dealt with from Foucault's (historical and philosophical) perspective, according to which psychology is a cultural, humanist form of thought that unfolds itself in four different moments. The first one, between the 16th century and the beginning of the 17th century, establishes the discourses of a righteous God. The second one, be-

* Psychology: a historical-philosophic concept

¹ Endereço para correspondências.: Av. Rogaciano Leite, 200, ap.504 C, 60810-000, Fortaleza, CE (e-mail: claravirginia@unifor.br).

² Endereço para correspondências.: Rua Professor Wilson Aguiar, 250, ap. 303, 60811-590, Fortaleza, CE (e-mail: ricardoaugusto@hotmail.com).

do século XVIII, sustenta um ser divino e representacionista. No primeiro e segundo momentos, não é possível psicologia, pois não existe a figura homem no espaço dos discursos. O terceiro denota um ser discursivo humano, constituído no século XIX, possibilitando algumas reflexões, dentre elas, a psicologia. O último, como considerações finais, organiza o espaço das ciências humanas, também no século XIX, e, em particular, a psicologia. Além disso, demonstra, por meio dos discursos da psicanálise, filosofia de Nietzsche e literatura, o fim do humanismo da Modernidade.

Palavras-chave: Michel Foucault; arqueologia; finitude humana; psicologia.

tween the second half of the 17th century and the late 18th century, sustains a divine, representational being. Psychology is not possible in these first and second moments. The third moment refers to a human discursive being, in the 19th century, making possible some new reflections, including psychology. The last moment, also in the 19th century, in a sort of final consideration, which organizes the domain of human sciences, and particularly of psychology. In addition, this moment points to the end of Modern Humanism, by means of psychoanalysis and Nietzsche's philosophy and literature.

Keywords: Michel Foucault; archaeology; human finitude; psychology.

Introdução

Neste texto, quer-se desenvolver uma concepção histórico-filosófica da psicologia a partir de Michel Foucault em *As palavras e as coisas*. Tal concepção, que considera “[...] a psicologia [...] como forma cultural” (FOUCAULT, 2002, p. 220) humanista, põe em xeque a visão positivista da psicologia, definida pelo autor “[...] como ciência, digamos, da alma, ou como ciência da consciência, ou ainda como ciência do indivíduo” (FOUCAULT, 2002, p. 222), e que se traduz como verdade objetiva e substancial do discurso sobre o psíquico.

Para apreender a perspectiva de psicologia em Foucault, que se constitui como estudo sobre as representações do homem acerca de sua existência como ser vivo, percorre-se o próprio itinerário desse filósofo, que torna efetivo seu raciocínio arqueológico e, como consequência,

permite a emergência desse novo conceito. Nesse itinerário, num primeiro ponto, discute-se o conhecimento ocidental renascentista, século XVI e início do século XVII, em que a episteme é Deus-semelhança. O que isso quer dizer? Considere-se em poucas palavras. O princípio discursivo renascentista é a semelhança entre as coisas, e a semelhança fundamental é divina. Além disso, tal discursividade tem caráter concreto ou o ser do discurso – tanto fundante quanto desdobramento – é coisa e é divino ao mesmo tempo. Desta feita, não é possível a ciência psicológica, pois seu objeto-homem ainda não está formatado no espaço do saber.

Num segundo momento, desenvolve-se a episteme ocidental clássica, meados do século XVII até o final do século XVIII, que está no domínio do Deus-representação. São tematizadas a linguagem e a origem do conhecimento segundo Descartes. Em outros termos, o princípio discursivo em questão é de natureza representacionista, sendo Deus a representação-mor. As coisas, portanto, não ganham legitimidade nelas mesmas, mas no domínio das idéias, e a idéia-fundamento e a conseqüente são divinas. Como conseqüência dessas reflexões, também nesses séculos ocidentais não é possível psicologia, já que não se tem a matéria-prima homem sobre a qual se podem formatar antropologias ou reflexões humanistas, dentre as quais está o próprio discurso psicológico.

Num terceiro tempo, questiona-se o nascimento do homem moderno a partir do século XIX, no espaço discursivo, tanto no domínio da linguagem e da natureza quanto no domínio filosófico kantiano e pós-kantiano, que é solo para o nascimento das ciências humanas, inclusive da própria psicologia, ou melhor, a realidade discursiva nesse momento não é divina, mas humana. O homem, pois, tanto é substrato objetivo como subjetivo dos discursos. Assim, já existe um solo humanista sobre o qual se pode erguer, por exemplo, a psicologia moderna, que corresponde a um domínio de reflexões sobre o homem que representa seu próprio funcionamento como ser vivo. Complementando a discussão, toma-se, na forma de considerações finais, o espaço das ciências humanas, particularmente a psicologia, ainda no século XIX, e o domínio discursivo – psicanálise, literatura e filosofia de Nietzsche –, que opera o desmonte do elemento homem desse espaço científico e também dos outros discursos da Modernidade ocidental, possibilitando a constituição de uma episteme não humanista.

Esclarecendo, nos termos finais, apresenta-se a formação do espaço das ciências humanas, que é fronteira entre os discursos científicos e filosóficos humanistas, salientando-se, é claro, a ciência psicológica — discurso acerca das representações do homem sobre sua vida. Ademais, discute-se o desmoronamento histórico desse espaço, por meio da constituição dos discursos que engendram outro princípio discursivo.

O mundo da semelhança

No domínio discursivo ocidental renascentista — século XVI e início do século XVII — não era possível psicologia. Não existia ainda a tematização do homem tal qual se conhece a partir do século XIX, que é base para as reflexões humanistas (sociologia, psicologia e análise da literatura e dos mitos). O que se tem não é da ordem humana, mas divina. Deus está em todas as partes do mundo, conforme a configuração discursiva quinhentista. Como se pode dizer o fio discursivo fundamental do quinhentismo do ocidente a partir de Foucault, em *As palavras e as coisas*?

Todos os discursos ocidentais, quando reduzidos a seu elemento essencial, são produzidos e produzem a matéria-prima chamada Deus-semelhança. Em última instância, as coisas são, para o domínio quinhentista discursivo, semelhantes entre si, as palavras valem como coisas — e, portanto, também se assemelham entre si — e, por fim, as coisas e as palavras têm a mesma qualidade: são semelhanças. Além disso, uma propriedade fundamental do reino da semelhança é ser divino, ou seja, as palavras são semelhantes entre si, as coisas são semelhantes entre si, as palavras são semelhantes às coisas e, no fundo de tudo isso, o divino sustenta a semelhança existente.

Expressando isso de outro modo, tem-se que a análise dos discursos ocidentais do século XVI e início do século XVII, em *As palavras e as coisas*, demonstra que o Deus-semelhança é a base dos discursos. Além disso, constata-se que a qualidade desse Deus-semelhança discursivo é ser “empiricidade”, coisa mesma. Desta feita, a linguagem ocidental quinhentista é semelhança divina e sua matéria básica é coisa. Como os discursos das coisas (*divinatio*) dizem as semelhanças entre elas? Como a interpretação dos textos antigos (*eruditio*) dizem a semelhança das coisas? Aprofunde-se o primeiro ponto.

Fazer “ciência” (*divinatio*) pela interpretação da semelhança entre as coisas ou fazer “filosofia” (*eruditio*) pela interpretação da semelhança entre as coisas dispostas nos textos dos antigos são maneiras renascentistas de conhecer o mundo. Tanto o conhecimento indireto (*eruditio*) como o direto (*divinatio*) precisam, em última instância, das coisas mesmas e de seus sinais de semelhança (assinalações), a fim de se confirmar a natureza semelhante das coisas. Em outras palavras, “O renascimento ainda compreendia seu saber como uma ‘interpretação de signos’, a relação do signo com aquilo que significa estando coberta pelo rico domínio das ‘similitudes’” (DELEUZE, 2002, p.125). A natureza das similitudes das coisas é disposta mediante as assinalações, que são sinais externos próprios às coisas que identificam o parentesco entre elas. Tal parentesco de superfície atesta uma semelhança em toda a extensão profunda das coisas.

Ainda, tal similitude de profundidade e mesmo a de superfície podem ser desdobradas segundo quatro formas da semelhança (as mais importantes, de acordo com Foucault): *convenientia*, *aemulatio*, analogia e simpatia. Não é o caso de desdobrá-las, pois não se quer detalhar mais ainda o primeiro ponto. Essas formas, no entanto, podem aparecer na superfície, sendo chamadas de assinalações, e mesmo aparecer na profundidade das coisas. São formas diferentes de semelhança, mas que se articulam e permitem compor a semelhança das coisas do mundo ou o campo das coisas divinas e semelhantes, e que são traduzidas pelas palavras do conhecimento (*divinatio* e *eruditio*) em continuidade absoluta. De tal forma, para fechar esse ponto, tem-se palavras como coisas, coisas que são demasiado concretas e divinas.

Nesse domínio discursivo, não há o homem moderno e, conseqüentemente, a psicologia moderna, que é uma das reflexões sobre esse homem. Há um homem feito semelhança, que é coisa e é divino ao mesmo tempo, e tudo isso é posto via dois modos discursivos quinhentistas: *divinatio* e *eruditio*.

O mundo da representação

Esse quadro discursivo renascentista desorganizou-se em meados do século XVII. A partir de então, até o final do século XVIII, tem-se um mundo novo: o período do Deus-representação ou Era Clássica.

É o domínio em que as coisas valem como representações, sendo Deus a representação dominante. Noutras palavras,

“Na Época Clássica, o homem não era o produtor, [...]. Havia um mundo em si criado por Deus. O papel do homem era esclarecer a ordem do mundo. Ele o fez, conforme vimos, através de idéias claras e distintas” (RABINOW e DREYFUS, 1995, p.22).

Assim, não era possível a psicologia também nesse momento, pois a base discursiva era divina e não humana, e o domínio psicológico se ergue sobre uma base discursiva humanista. Entre-se, então, no espaço clássico, desdobrando-se, por exemplo, a filosofia cartesiana e o estudo da linguagem e confirmando a impossibilidade do homem e de reflexões humanistas como fundamentos.

O que se pode afirmar sobre esses campos do conhecimento que caracterize um novo estatuto discursivo ocidental? O que ficou para trás em termos da lógica da linguagem? O que se inaugurou por volta da segunda metade do século XVII e pode ser rastreado no campo da filosofia e da gramática geral? Por que ainda não existia o homem no espaço do saber e, conseqüentemente, não era possível psicologia?

O aspecto básico a salientar é que as coisas então são válidas como representadas. O segundo ponto é que tais representações das coisas só se legitimam por um sujeito universal, que é feito de representação e de Deus. Encontram-se tais aspectos em todos os discursos clássicos, filosóficos ou científicos (ou com pretensão científica).

Ainda em relação aos dois aspectos ora citados, o domínio da representação das coisas e a legitimação desse domínio por um sujeito divino e representacionista são nuances próprias dos discursos clássicos e podem ser traduzidas num só aspecto: representações divinas dispostas numa ordem de identidades e diferenças. Assim, todo discurso clássico corresponde a uma série de identidades e diferenças de representações de infinitude, e cada série pretende dizer um objeto em questão. Tome-se, de modo particular, a filosofia de Descartes e o estudo das palavras.

Gramática geral refere-se ao estudo das palavras em torno da segunda metade do século XVII e durante todo o século XVIII.

A gramática de teor clássico confere a seu objeto de estudo (as palavras) lugar semelhante a todas as coisas estudadas nesse período: as palavras só valem como representadas e segundo uma ordem de identidades e diferenças de representações. Isso é disposto por Machado (2001, p.87), nos seguintes termos: “É isso também o que se nota na análise clássica do discurso, [...] explicando a ligação de um signo ao que ele significa não pelas próprias coisas, [...] e sim pela representação”. Além disso, a identidade que assegura tal ordem é feita de divindade, de infinitude, ou seja, o homem clássico que fala pode fazer isso à medida que sua linguagem se articula com seu pensamento, e este se conecta com Deus.

Quando os gramáticos clássicos encontraram as propriedades básicas da linguagem nos termos da teoria do verbo, articulação, designação e derivação, e ainda conferiram legitimidade a esses quatro segmentos teóricos no âmbito do nome, esses autores nada fizeram a não ser pôr a lógica das palavras no tecido de uma série de representações, as quais só valem quando íntimas de Deus. O que significa tudo isso? Significa que o objeto linguagem é válido como representação e, além disso, essa representação das palavras é desdobrada numa série de representações, que é sustentada por Deus – representação-mor.

O que dizer da filosofia cartesiana? Qual é a lógica discursiva que a sustenta? Qual é a diferença básica dessa filosofia para a ciência gramática geral e, por extensão, de toda filosofia clássica para toda ciência clássica? Eis algumas considerações...

O texto cartesiano visa a responder ao que é o conhecimento, provocando um rastreamento das bases discursivas científicas ou filosóficas, ou melhor,

“O que interessa a Foucault é mostrar como Descartes assinala o início de uma nova concepção do saber [...] em que o conhecimento deixa de ser uma busca de semelhanças [...] para se tornar uma relação de ordenação entre idéias” (MACHADO, 1982, p. 136).

Desta feita, o objeto cartesiano é o ser-representação em geral, enquanto as ciências (e mesmo a gramática geral) consideram representações particulares. Ao chegar a uma resposta-solução sobre o que é o conhecimento,

Descartes revela uma série de representações comandadas pelo Deus-representação. Isto é o sujeito do conhecimento para Descartes, as condições de possibilidade do conhecer, o sujeito universal ou divino que sustenta o conhecimento, qualquer que seja: *mathèsis* quantitativa (física e matemáticas), ou *mathèsis* qualitativa (história natural, análise das riquezas e gramática geral), ou qualquer filosofia clássica (as filosofias dispostas nos séculos XVII e XVIII).

Com o discurso cartesiano, as bases dos discursos ocidentais estruturaram-se como séries de representações, todas elas operadoras de infinitude ou de Deus. Quando o exercício discursivo é científico, toma o mundo representado de forma particular. Já as filosofias consideram as coisas representadas em seu caráter geral. O que aproxima tais discursos? Todos eles são séries de representações, sustentadas por Deus, a representação-mor.

Para complementar esse ponto, cabe mencionar que, no Tempo Clássico, não era possível o homem, já que Deus era figura discursiva fundamental. Não havendo o homem, não é possível reflexão sobre ele do tipo psicológico ou de qualquer outro tipo. Nesse sentido, tem-se propriamente Classicismo e não Modernidade no campo do saber.

Limites do mundo da representação

Esse quadro de representações particulares ou geral começa a se romper propriamente na filosofia kantiana no final do século XVIII, na filosofia pós-kantiana e nas ciências economia, filologia e biologia no início do século XIX. Tratar-se-á do esvaziamento do quadro das representações mediante as filosofias de Kant e pós-kant e via biologia e filologia. Com esse desmoronamento discursivo das representações, é estabelecido um novo solo discursivo fundamental, que se caracteriza por ser humano, e que abre condições discursivas para reflexões como, por exemplo, as operadas pelo domínio psicológico.

Comece-se a desorganização do quadro das representações pela consideração das ciências biologia e filologia, mais precisamente pela biologia.

Conforme Michel Foucault, a biologia nasceu no século XIX com Cuvier. O que se tinha em meados do século XVII e durante todo o século XVIII era história natural. Aqui, não cabe se ater à história natural do final

do século XVIII, já que ela tem certa diferença quando comparada à que vinha se desenvolvendo até então. Ela também, no entanto, é história natural. O que é a história natural de meados do século XVII até quase todo o século XVIII?

A história natural estuda a representação da superfície dos seres vivos, “[...] é uma taxinomia: observação e descrição dos seres vivos que privilegia a visibilidade” (MACHADO, 2001, p.86). Para entender isso e outros pormenores, tome-se o caso das plantas. Estudar as plantas é tomar a representação da superfície das plantas. Tome-se o caminho do sistema para entender esse processo. Elege-se, por exemplo, a superfície da folha da planta como referência de estudo. Comparam-se todas as plantas a partir da representação visível da superfície das folhas. Traduz-se, a partir daí, o visível comparado em um quadro de nomes de identidades e diferenças entre tais folhas e, por desdobramento, há um quadro discursivo de identidades e diferenças das plantas. A realidade das plantas, nesse caso, existe a partir da comparação das imagens das folhas das plantas, traduzida em um quadro discursivo de identidades e diferenças entre as plantas. A verdade da planta está nas representações visíveis das superfícies de uma de suas partes, que são desdobradas em um quadro discursivo de identidades e diferenças de representações visíveis das folhas e, conseqüentemente, das plantas. Esse discurso em quadro é propriamente o visto (representação) traduzido em palavras. Essas palavras em quadro são propriamente a verdade das plantas. Ainda é válido lembrar que o crivo último dessas palavras é divino. Tomando esse mesmo raciocínio para todos os seres vivos, tem-se que a verdade deles é representação-palavra em quadro e sustentada por Deus.

Esse quadro discursivo e divino foi rompido no início do século XIX pelo nascimento da biologia, de Cuvier. Como caracterizar essa ação de Cuvier? Segundo Machado (1982, p.130), “O passo decisivo capaz de produzir uma ruptura com a história natural é dado, no século XIX, por Cuvier ao deslocar o estudo do caráter [...] para o interior [...] da vida”. Tome-se, para operacionalizar esse deslocamento, o ser humano em questão.

Ele deixou de ser estudado na superfície, que era, pela história natural, legitimada por um discurso divino, e passou a ser estudado em sua profundidade orgânica, que existe dominada por funções,

sendo elas legítimas, independentemente de palavras divinas. Dessa forma, a vida humana é válida na profundidade orgânica, que se sustenta por um processo funcional, o qual é revelado empiricamente pelas representações-palavras, que não são divinas, mas humanas, e que não legitimam a existência do homem-função, mas o refletem parcialmente por meio das palavras.

O mesmo raciocínio, que permite a emergência do homem como objeto que vive ou como um ser de funções, está presente no homem, que é “empiricizado” pela filologia e pela economia. Discuta-se agora o homem como ser que fala.

O que se inaugurou com a filologia de Schlegel, de Grimm e de Bopp, no início do século XIX? Como a gramática geral se desfez e se tornou filologia moderna? “Como se formou essa positividade filológica? Quatro segmentos teóricos assinalam sua constituição no começo do século XIX [...]” (FOUCAULT, 1995, p. 298).

Essas quatro operações científicas sobre a linguagem são exercidas, torcendo-se a gramática geral em filologia moderna: uma língua caracteriza-se em sua interioridade, distinguindo-se de outras; há um conjunto de regularidades em cada língua, demonstradas por determinadas variações internas; tais regularidades de variações internas são solo para a emergência de uma concepção do radical; e essa nova concepção do radical desdobra um novo sistema de aproximação entre as línguas. Esses quatro segmentos teóricos constituem um novo caminho de estudo da linguagem, assim como constituem uma nova linguagem. Tanto o método como o objeto filológicos consistem em esvaziar o espírito divino das palavras, organizando um campo discursivo propriamente humano. Não há mais as palavras sendo representadas, nem um campo de identidades e diferenças de representações se organizando, nem todo esse campo sendo legitimado pela representação-mor chamada Deus. Existem as palavras sendo entendidas como independentes de um crivo representacionista-divino e intimamente dependentes de uma história concreta da linguagem.

Assim, as palavras deixam de operar um crivo a-histórico, metafísico, divino, tornando-se propriamente históricas, concretas, sendo responsáveis pela organização da finitude humana como ser que fala. O homem moderno como ser que vive e fala está estabelecido. É válido lembrar que esse processo também organiza o homem como ser que trabalha.

Considere-se agora o fenômeno da morte de Deus no domínio filosófico e a emergência do homem, portanto, como ser que pensa.

Da mesma forma que, no período Clássico, quando a filosofia cartesiana começou a romper com o Renascimento, no final do século XVIII, coexistindo com a última filosofia clássica, a Ideologia, emergiu no domínio filosófico o espírito de Kant, que começou a superar a lógica clássica. Com esse pensador, o quadro das representações afirmou-se como humano. Kant preocupava-se com as condições do conhecimento e as dispunha no campo das representações, cujo sustento é humano e não divino.

Há dois tipos básicos de representações humanas, segundo ele: as representações espaciais e as temporais (são representações intuitivas) e as representações conceituais (as do entendimento). Há uma zona fronteira — a da imaginação — que articula essas representações e permite o primado do entendimento sobre a intuição. O que observa Foucault e que lhe permite afirmar uma nova episteme a partir dessa filosofia é que Kant pensa as condições do conhecimento fora do crivo divino. As representações, para esse alemão, são próprias da finitude humana e, portanto, Kant inaugura os limites das representações, que tanto dispõem as ciências como as filosofias fora do espaço das representações absolutas ou divinas. Nos termos da citação de Machado (1982, p.138), no texto de Foucault, “[...] ‘a crítica kantiana [...] sanciona assim [...] este acontecimento da cultura européia [...] do final do século XVIII: a retirada do saber e do pensamento do espaço da representação’”.

Propriamente a partir do século XIX, e aprofundando a modernidade filosófica, e fazendo o classicismo último filosófico da Ideologia se partir completamente, começa-se a pensar as condições do conhecimento do lado, não do conhecimento ou das representações, mas do lado dos objetos que são conhecidos (sempre parcialmente): a força do trabalho, a potência da vida e a força do falar, ou seja, o homem é condição do conhecimento, não por ter, em última instância, um entendimento, mas é condição por ter um corpo, uma linguagem e por trabalhar — essas forças são condições do conhecimento e nunca tais condições são inteiramente representadas.

Foucault (1995, p.259) confirma o raciocínio ora disposto:

[...] outra forma de pensamento interroga as condições de uma relação entre as representações do lado do ser mesmo que aí se acha representado: o que, no horizonte de todas as representações atuais, se indica por si mesmo como o fundamento da unidade delas são esses objetos jamais objetiváveis, essas representações jamais inteiramente representáveis, essas visibilidades ao mesmo tempo manifestas e invisíveis, essas realidades que estão em recuo na medida mesma em que são fundadoras daquilo que se oferece e se adianta até nós: a potência de trabalho, a força da vida, o poder de falar.

Seja com as condições do lado do conhecimento ou do lado dos objetos conhecidos, seja com transcendentais subjetivos ou objetivos, as condições do conhecimento agora são humanas e não divinas. A morte de Deus está instaurada, o nascimento do homem também, tudo isso no domínio do pensamento. A Modernidade filosófica humanista também está estabelecida.

Agora há um duplo homem moderno. Sua dimensão objetiva é constituída pelas ciências biologia, filologia e economia. Sua dimensão subjetiva é operada por Kant e pela filosofia pós-Kant. Com esse homem, o Deus clássico está morto. A era humanista está estabelecida em suas bases. É possível, pois, fazer reflexões sobre o homem, tais como a psicologia, a sociologia e a análise da literatura e dos mitos.

É da psicologia que se trata a seguir, bem como, de forma incipiente, fazem-se as considerações da morte do homem ou dos discursos humanistas, particularmente, por intermédio da psicanálise, da literatura e de Nietzsche.

Considerações finais: o homem e a psicologia moderna

O homem moderno (o duplo sujeito-objeto) decreta a morte do Deus clássico no domínio discursivo ocidental a partir do século XIX. Com esse acontecimento fundamental, é possível haver ciências humanas e, particularmente, a própria psicologia moderna, ou é possível “[...] mostrar por que antes da época moderna não houve, nem poderia ter havido,

um saber sobre o homem” (LUCARINY, 1998, p.81), como, por exemplo, o do tipo psicológico. Então, em primeiro lugar, considerar-se-á o domínio psicológico. Em seguida, levar-se-á em conta a superação da psicologia moderna, e dos outros discursos sobre o homem (discursos empíricos, filosóficos, a sociologia e a análise da literatura e dos mitos), pela constituição da psicanálise, da filosofia de Nietzsche e da literatura.

Primeiro ponto: a psicologia moderna. Para Foucault (1995), o domínio psicológico constitui essencialmente uma das reflexões sobre o duplo empírico-filosófico. Tal reflexão desdobra duas dimensões fundamentais, que duplicam os conceitos de função (vida) da biologia e o de norma da filosofia pós-kantiana. Em outros termos, o domínio psicológico estrutura-se pelas categorias norma e função, as quais provêm da filosofia pós-kantiana e da biologia respectivamente. Portanto, “[...] a psicologia é fundamentalmente um estudo do homem em termos de funções e de normas [...]” (FOUCAULT, 1995, p.375).

Tal duplicação não sustenta o ser biológico e o ser filosófico no âmbito do ser psicológico. A norma e a função (vida) caracterizam o domínio psíquico, mas não guardam continuidade com as bases categoriais de onde provêm, ou seja, o ser biológico e o ser filosófico duplicam-se ao avesso para o estabelecimento do ser psíquico (ou do homem como representação da vida), que constitui a negatividade ou o contrário dos tecidos discursivos da biologia e da filosofia pós-kantiana.

Num primeiro momento da ciência psicológica, a preocupação fundamental é com o funcionamento do campo psíquico. A dimensão privilegiada da reflexão (representação) sobre a vida humana, assim, é a da função (dimensão objetiva do campo psíquico). Com a psicanálise freudiana, todo o terreno da ciência psicológica volta-se para as condições de possibilidade de representação da vida. Desse modo, o domínio da ciência psíquica começa a privilegiar a dimensão subjetiva ou normativa do domínio das representações da vida. Freud, portanto, “[...] anuncia [...] a passagem de uma análise em termos de funções [...] para uma análise em termos de norma” (FOUCAULT, 1995, p.378). Essa reviravolta no estudo da representação da vida, deixando de lado o privilégio do domínio funcional psíquico para organizar o primado da norma da vida, possibilita o rastreamento de representações inconscientes, que também participam do domínio do homem-representação.

Aqui se pode começar a discutir o valor da psicanálise como provocadora de uma reviravolta no estudo da psicologia e também como um dos discursos que começa a desmontar o homem psicológico e as próprias bases humanistas sobre as quais o psíquico se monta.

Quando a psicanálise aponta para a dimensão subjetiva do psíquico, para uma região normativa inconsciente do campo das representações da vida, faz com que o domínio psíquico se atenha ao domínio normativo (inconsciente), procurando conscientizá-lo. Nesse sentido, Foucault diz que o campo psíquico aprende com Freud o valor do inconsciente normativo, mas virando as costas para esse domínio, já que pretende torná-lo consciente. Freud, no entanto, aprofunda o raciocínio do inconsciente normativo, buscando as bases filosóficas e, conseqüentemente, biológicas, a partir das quais o psíquico se monta. Fazendo o normativo revelar as bases do psíquico, Freud age para além do homem-representação, rastreia seus limites, indo ao encontro de suas bases, ou seja, “[...] a psicanálise avança na direção dessa região fundamental onde se travam as relações entre a representação e a finitude” (FOUCAULT, 1995, p.391). Escreve, portanto, um texto do psíquico que desmonta o homem psicológico (homem-representação), revelando suas origens filosófica e biológica.

Foucault, desta feita, considera que o discurso psicanalítico está na contramão humanista, estabelecendo uma psicologia não-antropológica. É um discurso que não alimenta o raciocínio discursivo humanista moderno, mas começa a resistir a ele pela formação do domínio psicológico às avessas. É possível também, embora não estando tão explícito no texto de Foucault, pensar o fim dos discursos filosófico e biológico a partir da psicanálise. De algum modo, a norma transcendental e a vida começam a ser desfeitas pela escrita psicanalítica, que pode aprofundar as bases do psíquico, fazendo tal aprofundamento pela negatividade desses discursos humanistas de base. Isso, no entanto, são reflexões mais pessoais do que explicitamente disposto no texto de Foucault. Por outro lado, ele evoca algumas nuances que permitem tais reflexões.

O que dizer de Nietzsche e da literatura como discursos desorganizadores do humanismo moderno? Comece-se por Nietzsche.

Esse alemão propõe uma filosofia não do humano mas do sobre-humano, por meio de suas críticas ao dogmatismo filosófico-antropológico moderno. Tais críticas são de natureza filológica e biológica.

A primeira destitui a filosofia moderna em sua dimensão propriamente crítica, já a segunda faz ruir o positivismo filosófico. Assim, o sujeito empírico da filosofia é desmoronado. Por desdobramento, o homem empírico das ciências também é destituído. Também, como decorrência disso, as ciências humanas, inclusive a própria psicologia, entram em falência. O humanismo moderno, portanto, é destituído por meio da filosofia de Nietzsche. A finitude humana é questionada em todas as letras. Tal finitude levada a seus limites e desmoronamento pode ser reposta, e reposta, e reposta. Isso é a própria possibilidade de uma finitude ilimitada ou do sobre-humano nietzcheniano. Considerando essas reflexões nos termos de Foucault (1995, p.402):

Em nossos dias, e ainda aí Nietzsche indica de longe o ponto de inflexão, não é tanto a ausência ou a morte de Deus que é afirmada, mas sim o fim do homem [...]. Mais que a morte de Deus [...] o que anuncia Nietzsche é o fim do seu assassino; é o esfacelamento do rosto do homem no riso e o retorno das máscaras; [...].

A literatura constitui o último tema em questão. A linguagem pode ser criticada pela literatura, que pode ir ao encontro das condições de possibilidade da linguagem, ir nos limites dessas condições e, assim, permitir a transgressão de uma norma lingüística. Tais procedimentos podem ser repetidos milhares de vezes, já que o texto literário não pára de ser escrito. Cada vez que é escrito, uma norma é criada, e cada vez reescrito, outra norma é criada. A letra da literatura é criação (sujeito) e é objetivada por uma norma posta (objeto). A letra literária é sujeito e objeto sempre transitórios e repostos de forma ilimitada. A letra literária é uma finitude ilimitada subjetiva e objetiva. A letra literária faz a linguagem filológica ceder e organiza uma linguagem superada *ad infinitum*, uma linguagem não do homem mas do super-homem, uma linguagem não moderna mas que supera a modernidade da linguagem, uma linguagem não humana mas sobre-humana.

Tome-se Foucault (1995, p.401) a esse respeito:

[...] a figura da finitude na linguagem [...] onde a linguagem pode liberar-se. E é nesse espaço assim posto a descoberto que a literatura [...]

se deu como experiência: como experiência da morte (e no elemento da morte), do pensamento impensável (e na sua presença inacessível) [...] como experiência da finitude (apreendida na abertura e na coerção dessa finitude).

Tais discursos ora tomados (psicanálise, Nietzsche e literatura) pretendem desfazer o homem moderno. Todos eles direta ou indiretamente permitem a constituição de uma psicologia não-antropológica, de uma psicologia do sobre-humano, de uma finitude humana ilimitada. Tal relação é mostrada por Foucault mais claramente por intermédio da psicanálise. No entanto, os outros dois textos também estão envolvidos na desorganização do solo humanista, a partir do qual a psicologia se monta, e tal desorganização está no sentido de uma figura no espaço dos discursos, que parece ter qualidade nietzscheana: a figura do super-homem.

Últimas palavras

Pelo desenvolvimento do terceiro e quarto pontos, fica evidente que a psicologia moderna é desdobramento de um contexto histórico-discursivo-humanista do século XIX e também é feita desse mesmo tecido. Assim posto, não é possível psicologia científica nos séculos XVI, XVII e XVIII, já que esses séculos discursivos se fundamentam em um contexto heterogêneo ao moderno, que é domínio histórico-discursivo de divindades concretas (século XVI e início do século XVII) e representacionistas (segunda metade do século XVII e século XVIII), não organizando solo discursivo humano sobre o qual pudessem ser erguidas reflexões como as operadas pela ciência psicológica.

Ainda mais, o fato demonstrado no quarto item, que dispõe de discursos desorganizadores do campo humanista, apenas atesta a historicidade do domínio psicológico e de suas bases, assim como revela a possibilidade, interessante para os psicólogos, de uma psicologia não-humanista, ou de um domínio psicológico que torna fundamental os limites do homem, ou ainda da disposição de uma ciência psicológica que efetiva um tipo de homem infinitamente fundado em seus limites.

Essas reflexões finais confirmam aonde pretendíamos chegar: um conceito de psicologia cujo fundamento seja histórico, demasiado histórico.

Referências bibliográficas

DELEUZE, G. O homem, uma existência duvidosa. THEMUDO, T. S. (trad.) In: DELEUZE, G. *L'île déserte et autres textes*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2002, p.125-130.

FOUCAULT, M. Filosofia e psicologia. In: FOUCAULT, M. *Ditos e escritos*. 2.ed. Paris: Gallimard, v.I, 2002, p.220-231.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

LUCARINY, J. G. D. *A morte de Deus e a morte do homem no pensamento de Nietzsche e de Michel Foucault*. 1998. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – UERJ, Rio de Janeiro.

MACHADO, R. *Foucault, a filosofia e a literatura*. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACHADO, R. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

RABINOW, P. e DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

(Recebido em junho de 2005 e aceito para publicação em fevereiro de 2006)